

Temos a satisfação de apresentar a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta da Município, relativo ao exercício de 2017, acompanhado da presente exposição que visa demonstrar a situação econômico-financeira do Município, na forma da Resolução nº 1052/2015, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

## 1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 1.1 ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária para o exercício de 2017, de nº 1.085, de 14 de dezembro de 2016, estimou em R\$ 16.183.000,00 a receita e fixou a despesa em R\$ 16.183.000,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro que segue:

DESPESA FIXADA.....	<u>R\$ 16.183.000,00</u>
Créditos Suplementares.....	R\$ 2.243.878,98
Créditos Especiais.....	R\$ 277.615,21
Créditos Extraordinários .....	0,00
(-) Reduções.....	<u>(R\$ 1.350.852,23)</u>
DESPESA AUTORIZADA.....	R\$ 17.353.641,96

### 1.2 CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício considerado foram autorizados créditos adicionais que somaram R\$ 2.521.494,19, sendo suplementares no montante de R\$ 2.243.878,98 e especiais que totalizaram R\$ 277.615,21. Como cobertura foram utilizados os recursos abaixo discriminados, de acordo com o art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Cabe ressaltar que foi observado o limite fixado pela Lei Municipal nº 1.085, de 14 de dezembro de 2016.

Superávit Financeiro.....	R\$ 987.681,22
Excesso de Arrecadação e Auxílios Recebidos.....	R\$ 182.960,74
Alienação de Bens.....	0,00
Anulação de Dotações.....	<u>R\$ 1.350.852,23</u>
Total.....	R\$ 2.521.494,19

### 1.3 ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 15.217.349,19 verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 965.650,81.

O comportamento da receita no exercício considerado traduz-se no quadro a seguir:

TÍTULOS	PREVISTA (R\$)	ARRECADADA (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>17.041.200,00</b>	<b>16.527.729,93</b>	<b>(513.470,07)</b>
Receita Tributária	962.500,00	775.155,66	(187.344,34)
Receita de Contribuições	555.900,00	549.549,09	(6.350,91)
Receita Patrimonial	804.800,00	659.982,83	(144.817,17)
Receitas de Serviços	452.600,00	520.957,13	68.357,13
Transferências Correntes	14.231.200,00	13.918.814,70	(312.385,30)
Outras Receitas Correntes	34.200,00	103.270,52	69.070,52
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>570.000,00</b>	<b>52.703,68</b>	<b>(517.296,32)</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	570.000,00	52.703,68	(517.296,32)
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>REC.COR.INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>830.000,00</b>	<b>794.851,47</b>	<b>(35.148,53)</b>
<b>(-) DEDUÇÃO RECEITA FUNDEB</b>	<b>(2.258.200,00)</b>	<b>(2.157.935,89)</b>	<b>100.264,11</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.183.000,00</b>	<b>15.217.349,19</b>	<b>(965.650,81)</b>

As transferências correntes, excluindo-se as deduções do FUNDEB, no montante de R\$ 11.760.878,81 correspondem a 77,29% do total arrecadado, são o grupo mais representativo da receita.

Também, é importante destacar que as receitas do Fundo de Previdência dos Servidores somaram R\$ 1.724.303,40.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios, distinguindo-se as receitas próprias, foi o seguinte:

Exercícios	RECEITA REALIZADA (R\$)			
	Próprias	Transferências	Intra-orçamentárias	Total
2015	2.250.218,29	10.908.977,73	549.215,65	13.708.411,67
2016	2.483.780,79	12.713.766,50	670.709,46	15.868.256,75
2017	2.608.915,23	11.813.582,49	794.851,47	15.217.349,19

Houve um decréscimo na arrecadação de 4,10% em relação ao ano de 2016.

### 1.4 ANÁLISE DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada em R\$ 16.183.000,00 foi alterada conforme os créditos adicionais já citados para R\$ 17.353.641,96.

A despesa realizada somou R\$ 14.205.845,91, essa importância se distribuiu da forma seguinte:

TÍTULOS	AUTORIZADA (R\$)	REALIZADA (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.619.791,96</b>	<b>13.630.222,98</b>	<b>(989.568,98)</b>
Despesas Pessoal e Encargos	7.133.353,14	6.804.272,79	(329.080,35)
Outras Despesas Correntes	7.486.438,82	6.825.950,19	(660.488,63)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.105.850,00</b>	<b>575.622,93</b>	<b>(530.227,07)</b>
Investimentos	1.105.850,00	575.622,93	(530.227,07)
Amortização Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>1.628.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.628.000,00)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.353.641,96</b>	<b>14.205.845,91</b>	<b>(3.147.796,05)</b>

A maior concentração de dispêndio deu-se em Despesas Correntes, no montante de R\$ 13.630.222,98, que representam 95,95% do total.

O comportamento da despesa realizada nos três últimos exercícios, destacando-se as Despesas Correntes das Despesas de Capital, foi o seguinte:

Exercícios	DESPESA REALIZADA (R\$)		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
2015	11.362.744,02	1.172.006,28	12.534.750,30
2016	12.411.114,25	508.162,86	12.919.277,11
2017	13.630.222,98	575.622,93	14.205.845,91

Houve um acréscimo de 9,96% em relação ao ano de 2016 na despesa total. Considerando apenas as despesas correntes o acréscimo foi de 9,82% em relação ao ano de 2016.

Abaixo está descrita despesa executada por entidade:

TÍTULOS	Câmara (R\$)	Prefeitura (R\$)	RPPS (R\$)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>190.569,32</b>	<b>13.154.686,89</b>	<b>284.966,77</b>
Despesas Pessoal e Encargos	154.050,04	6.372.210,48	278.012,27
Outras Despesas Correntes	36.519,28	6.782.476,41	6.954,50
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>615,00</b>	<b>575.007,93</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	615,00	575.007,93	0,00
Amortização Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>191.184,32</b>	<b>13.729.694,82</b>	<b>284.966,77</b>

#### 1.5 CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as cifras seguintes:

Receita Realizada .....	R\$ 15.217.349,19
Despesa Empenhada .....	<u>R\$ 14.205.845,91</u>
Superávit .....	R\$ 1.011.503,28

## 2 GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

### 2.1 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração de gestão financeira desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentárias, além daquelas que, por sua natureza, independem de autorização na Lei do Orçamento, com os saldos em espécie no início e no final do exercício.

As operações financeiras se processam conforme o demonstrativo a seguir:

<b>SALDO INÍCIO EXERCÍCIO.....</b>	<b>R\$ 5.906.138,65</b>	
RECEITA REALIZADA		
Orçamentária.....	R\$ 15.217.349,19	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS...	R\$ 193.729,54	
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	R\$ 1.477.373,06	
SOMA.....		R\$ 16.888.451,79
<u>MENOS:</u>		
DESPESA REALIZADA		
Orçamentária .....	R\$ 14.205.845,91	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	R\$ 193.729,54	
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS .....	R\$ 1.454.114,13	
SOMA.....		R\$ 15.853.689,58
<b>SALDO EM 31/12/2017.....</b>		<b>R\$ 6.940.900,86</b>

O saldo acima confere com o constante nas contas financeiras do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de dezembro de 2017, conforme Boletim de Tesouraria.

Desse saldo R\$ 1.582.337,73 são recursos do Poder Executivo, R\$ 8.719,93 são recursos do Poder Legislativo e R\$ 5.349.843,20 são recursos do Fundo de Previdência dos Servidores.

### 2.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do Município, demonstrando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado

momento, consideradas a origem e a aplicação dos recursos à disposição da azienda pública.

A situação financeira do Município, segundo este Balanço, é a seguinte:

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>		
Caixa .....	R\$ 4.708,25	
Bancos conta movimento e aplicações .....	R\$ 1.577.629,48	
Bancos conta movimento e aplicações (Legislativo)..	R\$ 8.719,93	
Bancos conta movimento e aplicações (RPPS) .....	R\$ 743,78	
Tributos a recuperar/compensar .....	R\$ 0,01	
Depósitos restituíveis .....	R\$ 170,17	
Créditos a receber por reembolso .....	R\$ 0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias (RPPS) ....	<u>R\$ 5.349.099,42</u>	
	R\$ 6.941.071,04	
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		
Consignações e Depósitos .....	R\$ 46.837,52	
Consignações (Legislativo) .....	R\$ 816,96	
Consignações (RPPS) .....	R\$ 0,00	
Restos a pagar processados .....	R\$ 581.461,99	
Restos a pagar processados (Legislativo) .....	R\$	
Restos a pagar processados (RPPS) .....	<u>R\$ 3.010,36</u>	
	R\$ 632.126,83	
<b>SUPERAVIT FINANCEIRO.....</b>		<b>R\$ 6.308.944,21</b>

O superávit financeiro do exercício de 2017, apurado no Balanço Patrimonial, é de R\$ 6.308.944,21. Decompondo este superávit temos que R\$ 5.349.843,20 correspondem ao Fundo de Previdência dos Servidores, R\$ 4.892,62 correspondem ao Poder Legislativo e R\$ 954.208,39 correspondem ao Poder Executivo.

Por prudência, há necessidade de incluir no cálculo os valores dos restos a pagar não processados (R\$ 178.525,63) e os valores a receber de convênios ou contratos (R\$ 117.000,00), resultando em superávit financeiro no valor de R\$ 6.247.418,58. Este ajuste deve ser realizado considerando que os restos a pagar existentes ao final do exercício de 2017 referem-se a despesas que estão em execução e por isso já constituem uma obrigação para o Município, da mesma forma os convênios ou contratos de repasses, através dos quais o Município receberá recursos para custear algumas dessas despesas, devem ser entendidos com recursos financeiros.

Com base nisso, o superávit financeiro do Poder Executivo é de R\$ 892.682,76, do Poder Legislativo é de R\$ 4.892,62 e do Fundo de Previdência dos Servidores é de R\$ 5.349.843,20. Estes são os valores que poderão ser utilizados durante do exercício de 2018 como fonte de cobertura para créditos adicionais, respeitados os limites dos recursos vinculados que compõe o superávit.

A representação patrimonial permanente resume-se assim:

<b>ATIVO PERMANENTE</b>		
Bens móveis e imóveis.....	R\$ 20.197.179,69	
(-) Depreciações .....	(R\$ 1.214.114,35)	
Créditos a receber de Entidades Federais .....	R\$ 117.000,00	
Estoques.....	R\$ 256.213,94	
Dívida ativa .....	R\$108.455,63	
(-) Provisão para perdas com dív. ativa .....	<u>(R\$ 38.046,07)</u>	
	R\$ 19.426.688,84	
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>		
Provisões .....	R\$ 487.719,52	
Provisões Matemáticas Previdenciárias .....	<u>R\$ 3.911.176,07</u>	
	R\$ 4.398.895,59	
<b>ATIVO PERMANENTE LÍQUIDO.....</b>		<b>R\$ 15.027.793,25</b>

Os valores do ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO E DO ATIVO PERMANENTE LÍQUIDO conduzem ao resultado Patrimonial:

SALDO PATRIMONIAL ..... R\$ 21.336.737,46

## 2.3 DÍVIDA PÚBLICA

### a) DÍVIDA FUNDADA

Não há Dívida Fundada.

### b) DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante do Município apresenta a seguinte situação:

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (ajustado)..		R\$ 439.498,84
Inscrição no Exercício .....	R\$ 15.251.976,47	
(-) Baixa no Exercício .....	R\$ 15.059.348,48	
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE.....		R\$ 632.126,83

## 2.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo patrimônio da Prefeitura estão demonstradas no Balanço Econômico e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

Impostos, taxas e contribuições de melhoria .....	R\$ 792.486,17
Contribuições .....	R\$ 1.344.400,56
Exploração e venda de bens e serviços .....	R\$ 570.171,90
Variações patrimoniais financeiras .....	R\$ 647.729,33
Transferências recebidas .....	R\$ 12.093.653,35
Valorização e ganhos com ativos .....	R\$ 7.754,60
Reversões de provisões e ajustes e perdas .....	R\$ 10.976,48
Diversas variações patrimoniais aumentativas ...	<u>R\$ 31.354,15</u>
	R\$ 15.498.526,54

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

Pessoal e encargos .....	R\$ 6.682.547,97
Benefícios previdenciários e assistenciais .....	R\$ 278.012,27
Uso de bens, serviços .....	R\$ 6.558.428,23
Variações patrimoniais diminutivas financeiras...	R\$ 8,37
Transferências concedidas .....	R\$ 290.785,14
Desvalorização e perdas de ativos .....	R\$ 11.798,82
Contribuições .....	R\$ 159.156,79
VPD de constituição de provisões .....	R\$ 1.309.043,15
Premiações	R\$ 15.137,33
Incentivos	R\$ 100.833,00
Outras variações patrimoniais diminutivas .....	<u>R\$ 1.360,00</u>
	R\$ 15.407.111,07

**SUPERÁVIT PATRIMONIAL EXERCÍCIO**

..... **R\$ 91.415,47**

**3 PERCENTUAIS CONSTITUCIONAIS****3.1 GASTOS COM MDE**

Verificou-se a composição das receitas e a respectiva aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, conforme se demonstra a seguir:

<b>RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>Valor Arrecadado</b>
IPTU	R\$ 100.261,97
IRRF	R\$ 215.118,57
ITBI	R\$ 146.126,00
ISSQN	R\$ 175.500,94
Cota parte FPM	R\$ 7.543.934,69
Cota parte ITR	R\$ 4.945,34
LC 87/96	R\$ 21.491,52
Cota parte ICMS	R\$ 3.470.720,78
Cota parte IPVA	R\$ 321.101,79
Cota parte IPI Exportação	R\$ 52.434,32
Dívida Ativa de Impostos	R\$ 45.329,01
Multa e Juros de Mora de Impostos e de Dívida Ativa	R\$ 5.324,74
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 12.102.289,67</b>

<b>RETENÇÃO AO FUNDEB</b>	R\$ 2.157.935,89
<b>RECEBIMENTO DE QUOTAS DO FUNDEB</b>	R\$ 1.532.622,59
Diferença: valor recebido (-) valor retido = <b>DÉFICIT</b>	(R\$ 625.313,30)

**BASE DE CÁLCULO DO VALOR TOTAL A SER APLICADO NA MDE** (Em R\$)

Receita	Valor	Percentual
Total das Receitas (Base de Cálculo)	R\$ 12.102.289,67	
Valor mínimo a ser aplicado na MDE	R\$ 3.025.572,42	25%

Valor Aplicado na MDE	Valor	Percentual
Total das despesas contabilizadas – MDE/FUNDEB	R\$ 3.412.811,51	
<b>AJUSTES:</b>		
Perda com o FUNDEB	R\$ 625.313,30	
(-) Rendimentos Aplicações Financeiras MDE/FUNDEB	(R\$ 4.385,36)	
<b>VLR. EFETIVAMENTE APLICADO – APÓS AJUSTE</b>	<b>R\$ 4.033.739,45</b>	<b>33,33%</b>

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual de 33,33%, acima do mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

### 3.2 GASTOS COM REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM RELAÇÃO ÀS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

O Município, no exercício de 2017, recebeu como retorno de recursos do FUNDEB o valor de R\$ 1.532.622,59 que somado a receita de aplicação financeira do FUNDEB de R\$ 4.385,36 totalizou R\$ 1.537.007,95. As despesas com a remuneração de profissionais do magistério, bem como os encargos sociais devidos, importou em R\$ 1.245.723,24, representando 81,05% do retorno dos recursos do FUNDEB, caracterizando o cumprimento do disposto no art. 22º da Lei Federal nº 11.424, de 20 de junho de 2007.

### 3.3 GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Analizou-se os recursos recebidos e os gastos com ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Constituição e Lei Complementar nº 141/2012, constatando-se:

Recursos Aplicados

Valor Aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor	Percentual
(=) Total das Receitas ( Base de Cálculo )	R\$ 12.102.289,67	
Total Despesas c/ Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.800.849,75	
<b>AJUSTES:</b>		
(-) Rendimentos Aplicações Financeiras ASPS	0,00	
<b>VLR. EFETIVAMENTE APLICADO – APÓS AJUSTE</b>	<b>R\$ 2.800.849,75</b>	<b>23,14%</b>



Do exposto, constata-se que o Município aplicou em ações básicas de saúde pública o valor de R\$ 2.800.849,75, que representa 23,14% da receita resultante de impostos e transferências e que atendeu ao disposto na Constituição Federal e Lei Complementar nº 141/2012.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos de gestão financeira e econômica do exercício de 2017. Estamos à sua disposição para prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Presidente Lucena, 24 de janeiro de 2018.

Gilmar Führ  
Prefeito Municipal